

CONHECIMENTO SOBRE INCONTINÊNCIA URINÁRIA ENTRE UNIVERSITÁRIOS DA ÁREA DA SAÚDE

Deizyane dos Reis Galhardo¹; Erica Feio Carneiro Nunes²; Lucas Meirelles Matos³;
Roberta Figueiredo Pamplona⁴; Camila Alcântara Fernandes⁵

¹Graduando em Fisioterapia, Universidade do Estado do Pará (UEPA);

²Especialização em Fisioterapia na Saúde da Mulher, UEPA;

³Graduando em Fisioterapia, UEPA;

⁴Graduando em Fisioterapia, UEPA;

⁵Graduando em Fisioterapia, UEPA

deizyanegalhardo@gmail.com

Introdução: Segundo a Sociedade Internacional de Continência (ICS), a incontinência urinária (IU) é definida como a perda involuntária de urina. No entanto, ela não é considerada uma patologia, mas sim uma disfunção marcada por um conjunto de sinais e sintomas, causadores de constrangimento, baixo autoestima e disfunção sexual, de modo a interferir na vida relacional e psicológica dos acometidos. Essa disfunção acomete uma considerável parte da população, principalmente feminina. Estudos internacionais apontam prevalência de 42% de IU entre mulheres, aumentando para 44% naquelas com 65 anos ou mais. Calcula-se que, aproximadamente, 10,7% das brasileiras procuram atendimento ginecológico queixando-se de perda urinária. O Brasil tem uma população de 207,7 milhões de habitantes, dos quais aproximadamente 56% são mulheres, e aproximadamente um terço da população feminina é acometido pela IU². Alguns fatores de risco podem estar associados ao aparecimento dos sintomas, dentre eles, o enfraquecimento da musculatura pélvica, idade, múltipla gravidez, parto, doenças neurológicas e prostatectomia. Para prevenir ou ser tratada, é importante a educação em saúde sobre esse assunto, de forma a munir a comunidade de conhecimentos que podem beneficiar a saúde e qualidade de vida dos indivíduos, isto é, o profissional de saúde deve contribuir para a difusão de informações sobre os riscos, as sequelas, prevenção, bem como o tratamento fisioterapêutico, uma vez que a fisioterapia reeduca e fortalece a musculatura pélvica através de técnicas minimamente invasivas, pouco onerosas e de acesso facilitado, como por exemplo, a reeducação perineal, que diz respeito à contração do intróito vaginal contra a resistência e exercícios desconstruturantes³. Em análise, como se trata de um problema de saúde pública, a conscientização da comunidade acadêmica sobre o assunto pode ser necessária, pois uma ampla visão do assunto pelos discentes, provavelmente, não só ajudará na qualidade de vida da comunidade afetada pela disfunção, mas também ajudará em crescentes estudos sobre o assunto, tal como estudos sobre as formas de prevenção e tratamento, para assim investigar as várias causas da disfunção urinária. **Objetivos:** Verificar o nível de conhecimento sobre a IU entre universitários da área da saúde. **Métodos:** A pesquisa se trata de um estudo observacional transversal que se caracteriza por não acompanhar os voluntários, com uma única medição. O local de realização da pesquisa foi o Centro de Ciências Biológicas e da Saúde (CCBS), campus II, da instituição Universidade do Estado do Pará (Uepa), Belém/PA. Este estudo foi aprovado pelo Comitê de Ética da Uepa (parecer número 023429/2017, CAAE 65887917.8.0000.5174). Com isso, a coleta de dados foi desenvolvida no período de maio a setembro de 2017. O público alvo foi de universitários do CCBS/Uepa. Foram incluídos universitários com idade de 18 a 35 anos, de ambos os sexos e qualquer semestre dos cursos de Biomedicina, Fisioterapia, Terapia Ocupacional e Medicina. Este estudo não identificou critérios de exclusão. O instrumento utilizado foi um questionário elaborado pelos pesquisadores, disponibilizado na Plataforma do Google

Forms, que é uma ferramenta para criar formulários online. Todos os universitários foram convidados, via email, a participar da pesquisa. O e-mail continha o objetivo e procedimentos da pesquisa e o link de acesso. Ao acessar a plataforma, o voluntário consentia sua participação aceitando o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE), em seguida, o link o direcionava para o questionário. O questionário é composto por sessão de dados pessoais e contém 11 perguntas, sendo 10 objetivas e 1 subjetiva. Após a coleta de dados, os resultados obtidos foram analisados no programa Epi Info versão 3.5.2. Realizou-se análise descritiva, apresentando-se frequência relativa. Dessa forma, os dados foram analisados e apresentados de forma descritiva.

Resultados e Discussão: Foram convidados 1035 estudantes. Desses, somente 45 responderam ao questionário. Os resultados desse estudo mostram que 88,9% dos voluntários eram mulheres e 11,1% eram homens, demonstrando uma maior aderência do público feminino sobre o assunto. Observa-se que mais da metade (88,9%) da amostra é representada por acadêmicos de fisioterapia. Considerando que os fisioterapeutas estão relacionados com a prevenção e o tratamento da IU, subentende-se a preocupação destes em oferecer assistência, procurando acrescentar medidas de melhoramento na qualidade de vida da população. Para mais, foi observado que 100% dos voluntários conhecem a disfunção e a prevalência, que acomete, em sua maioria, às mulheres idosas¹, entretanto 46,7% não sabem quais os fatores de risco associados. Por outro lado, foram obtidas 24 respostas subjetivas as quais citavam como fatores de risco a idade avançada (23,74%), parto (20,34%) e número gestações (16,95%), menopausa (16,95%), patologias associadas como AVE (8,48%), fraqueza muscular pélvica (6,77%) e episódios frequentes de infecção urinária (6,77%). Em análise, a porcentagem de 23,74% se associa com autores que discutem que a idade avançada é um fator essencial que colabora com o aparecimento da IU¹. Além disso, os eventos obstétricos são considerados os principais fatores de risco para a IU, pois os parâmetros do parto vaginal e peso do recém-nascido de pelo menos 4Kg, aumenta o risco de mulheres desenvolverem IU⁴. Quanto à prevenção e ao tratamento, 91,1% sabem que o processo de contração dos músculos pélvicos previne e auxilia no tratamento dessa disfunção. De fato, sabe-se que a contração voluntária dos músculos do assoalho pélvico ajuda no fortalecimento destes músculos, o que promove o fechamento uretral, aumento da resistência uretral e melhora as estruturas de sustentação dos órgãos pélvicos⁵. Em relação ao assoalho pélvico, 95,6% sabem o que é, e 86,7% relatam saber contrair a sua musculatura, no entanto somente 51,1% sabem descrever os componentes do assoalho pélvico. E, por último, 86,7% dos voluntários nunca realizaram projetos de pesquisa sobre IU. **Conclusão:** Foi possível perceber que os estudantes ainda precisam se conscientizar sobre essa disfunção, não só graduandos de fisioterapia, mas também de medicina, de terapia ocupacional e de biomedicina que podem abordar o assunto. Assim, pode-se sugerir que o desenvolvimento de estratégias, tais como, seminários, ligas acadêmicas e palestras voltadas para a problemática em questão seriam, talvez, os meios favoráveis para despertar a atenção dos estudantes, possibilitando desta forma uma melhor inserção destes no sentido de investigar, orientar e tratar a IU, uma vez que essa disfunção é considerada um problema de saúde pública, e acomete em torno de 30% dos idosos não institucionalizados.

Descritores: Incontinência Urinária, Conhecimento, Fisioterapia.

Referências:

1. Carvalho MP, Andrade FP, Peres W, Martinelli T, Simch F, Orcy RB, et al. O impacto da incontinência urinária e seus fatores associados em idosas. Rev. Bras. Geriatr. Gerontol. 2014; 17(4): 721-730.

2. Henkes DF, Fiori A, Carvalho JAM, Tavares KO, Frare JC. Incontinência urinária: o impacto na vida de mulheres acometidas e o significado do tratamento fisioterapêutico. *Semina: Ciências Biológicas e da Saúde*. 2015; 36(2): 45-56.
3. Oliveira KAC, Rodrigues ABC, Paula AB. Técnicas fisioterapêuticas no tratamento e prevenção da incontinência urinária de esforço na mulher. *F@pciência* [periódico na Internet]. 2007 [acesso em 2017 set 15]; 1(1): 31-40. Disponível em: http://www.fap.com.br/fapciencia/001/edicao_2007/004.pdf
4. Oliveira E, Zuliani LMM, Ishicava J, Silva SV, Albuquerque SSRA, Souza AMB, et al. Avaliação dos fatores relacionados à ocorrência da incontinência urinária feminina. *Rev Assoc Med Bras*. 2010; 56(6): 688-90.
5. Guerra TEC, Rossato C, Nunes EFC, Latorre GFS. Atuação da fisioterapia no tratamento de incontinência urinária de esforço. *FEMINA*. 2014; 42(6): 251-254.